

# CÂMARA MUNICIPAL

DE

**LAGOA – AÇORES**

**ATA N.º 03/2019**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12 DE FEVEREIRO DE 2019**

(Contém 21 Folhas)

**ESTIVERAM PRESENTES OS SEGUINTE MEMBROS:**

PRESIDENTE – CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO

VEREADOR – RICARDO NUNO FERREIRA MARTINS MOTA

VEREADOR – CARLOS AUGUSTO BORGES RODRIGUES FURTADO

VEREADOR – FERNANDO JORGE VENTURA MONIZ

VEREADORA – ALBERTINA MARIA COSTA OLIVEIRA

VEREADOR – NELSON ANTÓNIO ROSA DOS SANTOS

VEREADOR – ROBERTO MANUEL DE SOUSA OLIVEIRA

**CÂMARA MUNICIPAL****DE****LAGOA – AÇORES****ATA N.º 03/2019****DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12 DE FEVEREIRO DE 2019**

Aos doze dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Lagoa, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho, realizou-se a Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Lagoa, sob a Presidência da Exma. Senhora Cristina de Fátima Silva Calisto, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal, e com a presença dos Exmos. Senhores Vereadores: Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota; Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado; Fernando Jorge Ventura Moniz; Albertina Maria Costa Oliveira; Nelson António Rosa dos Santos e Roberto Manuel de Sousa Oliveira.

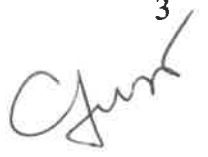
Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver «quórum» para funcionamento do executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima Senhora Presidente declarou aberta a reunião, pelas 14:00 horas.

A reunião foi secretariada por Maria da Estrela Aguiar, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos.

**ATA DA REUNIÃO ANTERIOR:**

A Senhora Presidente da Câmara propôs à aprovação de todos os membros a ata da reunião ordinária de 25 de janeiro de 2019.

A Câmara tomou conhecimento e a ata da referida reunião foi aprovada, por unanimidade, conforme disposto no número 2 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, não tendo participado na votação o Senhor Vice-Presidente Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota, porque não esteve presente naquela reunião, nos termos do n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, e será assinada pela Senhora Presidente e por quem secretariou a reunião.



### **ANTES DA ORDEM DO DIA:**

### **COLOCAÇÃO DE PILARETES NA ATALHADA:**

Na sequência da situação abordada na última reunião, sobre a colocação de pilaretes na Atalhada, o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou qual o ponto de situação.

O Senhor Vereador Fernando Jorge Moniz informou que o município paga as taxas correspondentes à linha amarela que foi marcada e a Câmara Municipal colocou os pilaretes para evitar que alguém estacione naqueles espaços.

A Câmara tomou conhecimento.

### **RUA DO NORTE – REMÉDIOS:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que foi alertado para o estado de sujidade em que se encontra o Caminho do Norte, nos Remédios, na freguesia de Santa Cruz.

A Senhora Presidente referiu que também foi alertada para esta situação. Informou que a Junta de Freguesia de Santa Cruz abriu uns rasgos à saída das pastagens, para os lavradores poderem lavar as rodas dos tratores antes de circularem na via pública, de forma a manter a via limpa, mas há lavradores que não respeitam este procedimento. Vai falar com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz para sensibilizar os lavradores para esta situação, pois aquela via é muito utilizada pelos lavradores.

A Câmara tomou conhecimento.

### **EVENTO INSPIRAL:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado perguntou quantas sessões do Inspiral ainda faltam e quando mudam o seu formato, porque é deprimente ver o custo de uma sessão para uma plateia com 20 pessoas.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira referiu que faltam três sessões e o evento final, pois o evento Inspiral é composto por 9 sessões mais o evento final. A última sessão do Inspiral teve lugar, no passado dia 9 de fevereiro, no Núcleo Museológico Mercaria Central, em Água de Pau, e estiveram lá 49 pessoas e não 20 pessoas como o Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado disse. Acrescentou, que há pessoas fiéis que vão a todos os espetáculos.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que as fotografias publicadas dos eventos, por si só, são testemunhos daquilo que é a realidade.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira referiu que as fotografias não refletem o que se passa nos espaços e não se pode avaliar o feedback de um evento só pelos custos que ele acarreta.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado discordou com a opinião da Senhora Vereadora Albertina Oliveira e, em seu entender, como membros deste Órgão Executivo têm a obrigação de avaliar o evento pelo seu custo.

A Senhora Presidente referiu que é legítima a opinião do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado como também uma opinião contrária. Respeitam a opinião de todos. Expôs que, como já foi dito, o espetáculo foi contratado com determinado modelo e com um custo. Não é um evento de massas, mas sim um projeto cultural, com um cartaz muito específico, que visa dinamizar os espaços culturais do Concelho. Nada do que se faça na Cultura é medido em função do seu custo. A Cultura tem uma dimensão diferente e não é mensurável em montantes.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira disse que nem todas as iniciativas correm como são inicialmente projetadas e perguntou se continuam a achar que o Inspiral foi uma boa medida e se está a correr consoante as expetativas.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira respondeu que sim, pois para além de cultural é educativo. Todas as pessoas que frequentam os espetáculos elogiam e manifestam interesse em participar nas próximas sessões. Defendeu que para se poder avaliar tem que se sentir os espetáculos e estar presentes.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **TROÇO DE ESTRADA NA BAIXA D'AREIA:**

O Senhor Vereador Roberto Oliveira perguntou qual o ponto de situação da derrocada no talude da praia pequena da Baixa d' Areia, em Água de Pau.

A Senhora Presidente passou a palavra ao Senhor Vereador Nelson Santos que tem acompanhado a situação com a Direção Regional dos Assuntos do Mar e Laboratório Regional de Engenharia Civil.

O Senhor Vereador Nelson Santos informou que na sequência de uma derrocada no talude da praia pequena da Baixa d' Areia, em Água de Pau, e após vistoria ao local, decidiu-se, preventivamente, proceder ao encerramento da faixa de circulação mais próxima do talude, numa extensão aproximada de 70 metros. Aguardam o relatório do Laboratório Regional de Engenharia Civil com medidas mais concretas.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira perguntou se aquela zona é retificável, tendo o Senhor Vereador Nelson Santos informado que não e que aquela praia já se encontrava, desde

o ano passado, com o acesso pedonal vedado. Mais informou que não tem havido mais derrocadas e estão a monitorizar a situação.

A Câmara tomou conhecimento.

### **NOTÍCIA PUBLICADA NO JORNAL CORREIO DOS AÇORES:**

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que no passado dia 10 de fevereiro foi publicado no jornal Correio dos Açores a notícia “Catorze pessoas vivem empilhadas em pré-fabricado, na Vila de Água de Pau”. Expôs que, enquanto membros eleitos pelo PSD, já tinham estado no local e entenderam por bem não fazerem política com esta situação. Mas como o assunto foi publicado na primeira página do jornal de domingo irá abordar o assunto. Disse que conhece a família em questão e que não são preguiçosos, nem más pessoas, mas trata-se de uma “pobreza de espírito”.

A Senhora Presidente expôs que esta família vivia numa habitação de arrendamento social do Município e como não cumpriram com os pagamentos da renda, nem com os acordos de regularização de dívidas, de acordo como o Regulamento Municipal de Gestão das Habitações de Arrendamento Social, foi-lhes posto uma ação de despejo. São pessoas pacíficas, mas acumulam lixo. Neste momento, o grande problema daquela família é que ninguém lhes arrenda uma casa, os Serviços Sociais estão disponíveis para apoiar no pagamento da renda, mas não conseguem uma casa. Antes de viverem no pré-fabricado, viveram numa casa da Paróquia de Água de Pau e foram retirados devido a uma crise sísmica, atendendo ao avançado estado de degradação da mesma. A solução para esta família passa pela recuperação daquela casa da Paróquia. Mais informou a Senhora Presidente que o Gabinete Técnico elaborou um projeto para recuperação daquela casa e dos anexos, mas devido à pressão que esta notícia colocou sobre o assunto, enviou um ofício para o Governo Regional a solicitar apoio para reabilitar aquela casa e a família poder ir viver para lá, em segurança.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira expôs que antes não abordaram o assunto, mas como foi noticiado têm obrigação de falar sobre o mesmo. E interrogou, “se a Câmara Municipal tem folga orçamental para dar aos que cantam, não tem folga orçamental para dar aos que choram?”.

A Senhora Presidente respondeu que a responsabilidade habitacional é do Governo Regional. Mais informou que a Câmara Municipal iria proceder à recuperação daquela casa, numa perspetiva de naquela área criar dois ou três novos apartamentos, resolvendo a situação de outras famílias também necessitadas, mas devido a essa pressão endereçou ofício ao Governo a solicitar apoio exclusivo para a recuperação da mesma sem ampliação.

O Senhor Vereador Roberto Oliveira referiu que esta família já tem problemas estruturais há muitos anos e questionou se nunca houve apoio por parte de Assistentes Sociais. Em sua opinião, a Câmara Municipal tem que apoiar esta família.

A Senhora Presidente respondeu que esta família já foi convocada para frequentar várias ações de formações, nomeadamente, de culinária e de gestão familiar, mas não comparecem. Referiu, ainda, que esta família vive naquele estado, porque se deixou levar por aquelas condições, uma vez que o agregado recebeu aqueles contentores convertidos em habitação em ótimo estado, mas para se ter em conta o tipo de pessoas que são, a preocupação dos mesmos no dia da mudança era se os animais podiam dormir dentro da casa.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **MURO NA RUA DO PAUL, EM ÁGUA DE PAU:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado expôs que na rua do Paul, em Água de Pau, existe um muro de pedra em mau estado, pelo que sugeriu à Câmara Municipal a remoção do resto da pedra, que poderá ser aproveitada, e a construção de um muro de blocos para salvaguardar a segurança naquela via.

A Senhora Presidente respondeu que irá averiguar a situação.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **SORTEIO DE NATAL DE 2018:**

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou quem foram os vencedores do sorteio que decorreu durante a campanha de 2018 "Neste Natal valorize o Comércio Local", que teve como prémio uma viagem de barco pela companhia Atlânticoline até à ilha de Santa Maria, no verão de 2019, pois não viu nenhuma nota com a divulgação dos vencedores.

A Senhora Presidente respondeu que dará conhecimento dessa informação.

A Câmara tomou conhecimento.

#### **ORDEM DO DIA:**

#### **PRESIDÊNCIA:**

**PONTO N.º 1 – INFORMAÇÃO DA PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE AS ATIVIDADES CAMARÁRIAS E DE INTERESSE MUNICIPAL:**

A Senhora Presidente da Câmara apresentou a informação sobre as atividades Camarárias e de interesse Municipal, com os seguintes assuntos:

- Fim de semana, de 19 de janeiro de 2019, em grande para desporto de Lagoa;
- Vida e obra de Padre Flores na Casa da Cultura de Lagoa;
- Patinagem de Santa Cruz abriu o ano com 40 atletas no Dia do Patinador;
- Cristina Calisto assinou protocolos de colaboração com NONAGON e EBI de Lagoa;
- EBI de Água de Pau recebeu pequeno-almoço saudável;
- Cristina Calisto recebeu governador do distrito 115 centro sul e o líder da área IV e da Fundação Internacional de Lions Clubes;
- Lagoa honrou Nossa Senhora da Estrela;
- Lagoa cantou às Estrelas no passado dia 2 de fevereiro;
- Autarquia assinalou Dia Mundial da Luta Contra o Cancro.

A Câmara tomou conhecimento.

**PONTO N.º 2 – VOTO DE PESAR - RUI MANUEL MACIEL COSTA D' OLIVEIRA RAMOS:**

Sob proposta da Senhora Presidente da Câmara foi presente o Voto de Pesar pelo falecimento de Rui Manuel Maciel Costa d' Oliveira Ramos que abaixo se transcreve:

“Foi com profundo pesar e consternação que a Câmara Municipal de Lagoa tomou conhecimento do falecimento do senhor Rui Manuel Maciel Costa d' Oliveira Ramos.

Rui Ramos, era natural de Ponta Delgada, tinha 53 anos, era casado com Ana Catarina Ramos e pai de dois filhos, residente há vários anos no concelho de Lagoa.

Rui Ramos foi Vereador da Câmara Municipal de Lagoa, de 2009 a 2013 e Deputado Municipal pelo Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Lagoa, no mandato de 2005 a 2009, cargos que sempre desempenhou com grande dedicação e sentido de responsabilidade. Enquanto Vereador e Deputado Municipal deu um grande contributo no âmbito do desenvolvimento cultural, social e económico do concelho, mesmo enquanto oposição. A sua ação foi sempre intensa, coerente e reveladora de grande determinação para com o desenvolvimento da Lagoa, não esquecendo, também, o seu abnegado trabalho e desempenho enquanto deputado da Assembleia Legislativa Regional dos Açores e, até mesmo, enquanto professor do ensino secundário, profissão que desempenhou com muita entrega, dignidade e humanidade.

Ao longo do seu percurso profissional, como professor de Filosofia, foi um importante despertador de consciências, de gerações e gerações de jovens, sobretudo para aqueles que

tiverem o privilégio de ser seus alunos, deixando, certamente, um legado exemplar que jamais será esquecido.

Ao longo da sua vida manteve sempre uma postura exemplar, sendo um homem de princípios e valores, um excelente ser humano e um exemplo enquanto pessoa e cidadão, de trato educado e fácil, que gozava da simpatia de todos com quem se relacionava.

Pelas considerações expostas e pela grande consternação sentida com a sua perda tão precoce e inesperada, proponho à Câmara Municipal de Lagoa que delibere a aprovação do presente Voto de Pesar pelo falecimento do senhor Rui Ramos, devendo ser dado conhecimento do mesmo à sua família.”

Pelos Senhores Vereadores Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira foi presente a Declaração de voto que abaixo se transcreve:

“Declaração de voto ao ponto n.º 2 da reunião de Câmara de 12/02/2019

Voto de pesar – Rui Manuel Maciel Costa D’ Oliveira Ramos

Os vereadores da Câmara Municipal de Lagoa, Carlos Augusto Furtado e Roberto Oliveira eleitos pelo Partido Social Democrata vêm por esta declaração de voto manifestar o profundo pesar pelo falecimento do professor Rui Manuel Maciel Costa D’ Oliveira Ramos.

A partida deste cidadão é efetivamente uma perda para o nosso concelho, Rui Ramos não sendo um lagoense de nascença, adotou o nosso concelho como sua terra, tendo colocado o seu saber e dedicação à Lagoa de forma concreta e sentida.

Do seu percurso cívico destaca-se a sua passagem como deputado da Assembleia Legislativa Regional, assim como a sua presença na Assembleia Municipal de Lagoa e na vereação do mesmo concelho, esta última na sequência da candidatura efetuada à presidência da Câmara Municipal de Lagoa que ocorreu em 2009.

Rui Ramos foi ainda membro fundador do Instituto Cultural Padre João José Tavares e assumiu cargos de liderança na JSD e TSD, atualmente era professor na Escola Antero de Quental, onde gozava da simpatia e amizade de colegas e alunos, com quem mantinha amizades sinceras e duradouras.

Filho de Manuel Augusto e Inês Ramos e irmão de Paulo Ramos, Rui Ramos era casado com Catarina Ramos e pai de dois filhos, Alexandra e Francisco, na memória de todos nós ficará a lembrança de um homem que de forma convicta e hábil trato, exponha os seus pensamentos e ideais ao mesmo tempo que fazia amizades.

Deste modo os vereadores do PSD associam-se ao voto apresentado pela Sra. Presidente da Câmara, acrescentando assim com os seus testemunhos o pesar e consternação que esta perda representa.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar a atribuição de um Voto de Pesar pelo falecimento de Rui Manuel Maciel Costa d’ Oliveira Ramos;

2.º Dar conhecimento deste Voto de Pesar à sua família.

**PONTO N.º 3 – AGRADECIMENTO - VOTO DE PESAR - AIRES MANUEL CARVALHO DE VIVEIROS:**

Foi presente o agradecimento, datado de 6 de fevereiro de 2019, em nome de Mariana da Purificação Vieira Rodrigues Viveiros e família, que abaixo se transcreve.

"Neste momento de profunda dor, venho por este meio agradecer a todos os membros da Câmara Municipal que, por unanimidade, aprovaram o voto de pesar pelo falecimento do meu marido, Aires Manuel Carvalho de Viveiros.

Não posso deixar de reconhecer as palavras justas e o gesto de carinho, constantes no referido voto de pesar.

Assim, em meu nome e dos meus filhos deixamos a nossa eterna gratidão."

A Câmara tomou conhecimento.

**EDUCAÇÃO E CULTURA:**

**PONTO N.º 4 – PROPOSTA – CARTA EDUCATIVA DO CONCELHO DE LAGOA – AÇORES:**

A Senhora Presidente apresentou a proposta da Carta Educativa do Concelho de Lagoa – Açores, acompanhada do parecer positivo do Conselho Local de Educação de Lagoa, deliberado em reunião daquele Conselho, no passado dia 6 de dezembro de 2018. A presente proposta incluiu as sugestões apresentadas pelos membros do Conselho Local de Educação.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado apresentou o documento que abaixo se transcreve:

"Comentários ao ponto n.º 4 da reunião de Câmara de 12/02/2019

Proposta – Carta Educativa do Concelho de Lagoa Açores

A Carta Educativa do Concelho de Lagoa Açores que apresenta um trabalho bastante satisfatório de ordem estatística, mostra infelizmente a realidade socioeconómica e de desempenho escolar no concelho.

A realidade laboral dos residentes, quer pelo nível salarial consideravelmente menor quando comparado com a média nacional e até regional, mas também a dependência quase crónica de um elevado número de indivíduos quer de RSI, quer de apoios ao desemprego, mostram uma realidade incomodativa para um concelho que se quer próspero.

Pode-se assim concluir nesta análise que a proximidade ao maior e mais ativo concelho da região não tem sido o suficiente para alavancar a economia de um concelho que já foi o mais

industrializado dos Açores, mas também a nível do ensino a dita proximidade a importantes estabelecimentos de ensino com tradição na região e até do principal polo universitário dos Açores, têm sido insuficientes para fomentar nos nossos jovens o gosto pelo estudo.

A anteriormente mencionada debilidade económica de boa parte das famílias locais, inevitavelmente arrasta a nossa população para o abandono escolar precoce, o que a prazo poderá fazer da realidade atual um problema continuado.

Não obstante a nossa realidade demográfica até ser aceitável, quando comparada a nível regional ou nacional, o que é certo é que a nossa população fértil, não tem conseguido geral alunos capazes de inverter a tendência insatisfatória dos resultados escolares da Lagoa.

Feita que está a análise da situação no concelho, resta ao poder político local e não local identificar as soluções para contornar esta grave realidade e no seguimento, por em prática tais medidas, assim e deste modo passa-se a identificar os problemas e soluções a partir das mais tenras idades.

Importa desde já realçar que a insuficiência de capacidade das CATL's no concelho poder ser um elemento dissuasor para a natalidade, deste modo é importante encetar esforços no sentido de aumentar a capacidade instalada e também de criar mecanismos adequados ao escrutínio de seleção de admissão.

Um mais vasto e abrangente reconhecimento da excelência estudantil através do poder local, com variadas iniciativas, será também um elemento que poderá potenciar o gosto pela atividade escolar em todas as faixas etárias da comunidade estudantil.

A reabilitação do parque escolar, com especial destaque para a escola Pe. João José do Amaral é outro importante elemento para impulsionar o gosto pela escola, uma vez que a passagem por aquela escola, surge em idades que marcam profundamente a personalidade dos jovens, evitando-se assim estigmas e desinteresses.

O ensino vocacional também é outra vertente da aprendizagem que importa refletir, a nossa sociedade hoje encontra-se consideravelmente vocacionada para as novas tecnologias, deste modo é preciso promover a interligação entre a era digital e as profissões tradicionais que obviamente terão de continuar a existir, para isso é preciso contar com apoio pedagógico adequado, mas também com instalações adequadas, capazes de despertar entusiasmo aos alunos de vertente menos académica.

Outra situação que deverá ser corrigida, é a participação de alunos em palestras sociopolíticas, as mesmas deverão estar disponíveis a alunos que pela sua natureza mostrem mais aptidão para a participação cívica, porque serão estes, que pela sua interação com os outros, levarão a linguagem que se pretende que chegue a todos.

Recomenda-se também uma especial atenção aos alunos medianos, estes sendo a massa dominante, poderão ser o elemento potenciador da elevação da média de sucesso escolar,

mas também os responsáveis pela diminuição do abandono precoce, deste modo é da maior importância o apoio extra-horário escolar, que temos vindo a defender.

Para terminar, as bolsas de estudo apoiadas pelos municípios, que tendencialmente têm vindo a ganhar adeptos pelo país fora estão em inversão de ciclo na Lagoa, situação que deverá ser corrigida."

A Senhora Presidente teceu as seguintes considerações em relação aos comentários apresentados pelo Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado. Referiu que, em larga medida, vem ao encontro daquilo que defende que é a necessidade de terem outra forma de olhar para a Educação. Nem os índices de sucesso escolar, nem a taxa de absentismo escolar são motivo de orgulho no Concelho de Lagoa, pois estão muito aquém daquilo que desejariam.

Em relação à Rede de CATL (Centro de Atividades de Tempos Livres) expôs que fica aquém das necessidades, mas a realidade não é igual em todo o Concelho, tem de ser vista por áreas territoriais, pois embora a lista de espera global seja de 120 crianças, em determinadas zonas não se verifica essa necessidade, como por exemplo na zona da Relvinha, em Santa Cruz, onde o CATL tem capacidade para 25 crianças e só tem 18 crianças. Mais informou que estão a trabalhar junto do Governo Regional para que o CATL da Câmara Municipal passe para uma IPSS e com uma pequena intervenção poder-se aumentar o número de crianças, naquele espaço.

Sobre a EB2 Pe. João José do Amaral disse que gostaria de ter uma resposta mais concreta, mas tem conhecimento de que houve reuniões entre o novo Conselho Executivo daquela Escola e membros do Governo, foi feito um levantamento das necessidades e aguardam o relatório. Mais informou que o projeto está a ser feito para se proceder às reparações mais urgentes.

Sobre o Ensino Vocacional, informou que o grande problema atual é a falta de alunos. No Concelho de Lagoa existe o ensino na via profissionalizante na Escola Secundária de Lagoa, em que os alunos estão no Parque Municipal de Máquinas com equipas operacionais e no Projeto Trevo, na Casa de Povo de Água de Pau. Os alunos nas escolas profissionais tendem a diminuir e em parte os empresários são os responsáveis. A Senhora Presidente deu o exemplo do que acontece na Escola de Hotelaria, num curso de 3 anos, em que os alunos quando vão fazer o primeiro estágio são aliciados pelos empresários para trabalhar e abandonam a Escola Profissional. A Escola Profissional de Lagoa da INETESE não tem oficinas, são cursos de 3 anos, e os cursos são definidos em consonância com o mercado.

Mais informou que o apoio escolar existe nas Escolas e o Governo vai adotar um novo modelo de apoio escolar nas localidades, fora do contexto escolar.

Com as palestras de Educação e Cidadania expôs que estão a levar uma mensagem aos alunos e a despertá-los para uma cidadania ativa.

O Senhor Vice-Presidente reforçou as palavras da Senhora Presidente, referindo que, em seu entender, as palestras de Educação e Cidadania são instrumentos fundamentais para um Concelho que quer privilegiar a democracia participativa. Não é só através do Orçamento Participativo Jovem, mas também através destas sessões, pois entende que devem valorizar e despertar o gosto pela cidadania. Neste contexto, essas sessões têm tido uma boa aplicação e entende que têm sido uma boa medida.

A Senhora Vereadora Albertina Oliveira informou que o ano passado os alunos estavam mais retraídos para colocar questões e as sessões eram dirigidas aos alunos do curso de animação. Este ano, as sessões foram alargadas aos alunos do ensino secundário e nota-se que os alunos estão mais participativos. Houve uma evolução no público-alvo e no final das sessões será feita uma Assembleia Geral, para que os alunos deem a sua opinião, como correu as sessões. Mais informou que estas sessões são abertas ao público, pelo que qualquer pessoa pode assistir.

A Senhora Presidente acrescentou que estas sessões já decorrem a alguns anos.

O Senhor Vereador Carlos Augusto referiu que se o público-alvo tem mostrado outra aptidão, em relação ao ano anterior, é porque também se alterou o público-alvo, por isso defendeu que tem que se dar a oportunidade a todos os alunos a assistir a essas sessões e não como era feito anteriormente onde se convocava sempre os mesmos alunos. Em relação ao facto de o Governo Regional estar a preparar um regulamento próprio para reconhecer os alunos na região, isso não invalida que exista um modelo local promovido pela Câmara.

Em relação aos prémios dos melhores alunos, a Senhora Presidente referiu que como já disse, em anterior reunião, o Governo Regional está a preparar um novo modelo sobre este assunto.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter a presente proposta, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto no número 1 do artigo 17.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2005/A, de 10 de novembro.

#### **UNIDADE ORGÂNICA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:**

#### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE EXPEDIENTE GERAL, CONTRATAÇÃO PÚBLICA E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS:**

Por impedimento legal, na discussão e aprovação do processo abaixo mencionado, o Senhor Vice-Presidente Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota, ausentou-se da reunião, de acordo com o n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

**PONTO N.º 5 – PEDIDO DE APOIO – CLUBE NÁUTICO DA LAGOA:**

Foi presente a carta n.º 01/CNL/19, de 5 de fevereiro do ano em curso, do Clube Náutico de Lagoa solicitando um apoio financeiro, no valor de 13.000,00 €, para a realização da prova de Canoagem de Mar, intitulada Lagoa Ocean Race 2019 que se realizará no próximo dia 25 de maio, no Concelho de Lagoa.

Pelo Senhor Vereador Nelson Santos, responsável pela área, foi exarado o seguinte despacho:

“Considerando a afirmação desportiva do Concelho e em particular na valorização da costa e das dinâmicas desportivas náuticas;

Considerando o sucesso inegável da 1.ª edição do Lagoa Ocean Race, que contou para o campeonato nacional da especialidade;

Considerando também a ampla divulgação do evento e o acolhimento extremamente positivo dos praticantes, que pressupõe uma ainda maior adesão ao evento;

Considerando que este ano, além de contar para o campeonato nacional, fará também parte do calendário regional;

Considerando o potencial de crescimento da prova, nas suas vertentes desportiva, competitiva e turística;

Considerando o empenho do CNL na organização e dinamização deste evento e de outros, onde se realça o projeto náutica/0;

Considerando que o crescimento organizacional e estrutural do CNL deve ser acompanhado com a correspondente responsabilização e assunção dos compromissos propostos, ampliando assim as competências organizacionais e motivacionais a toda a estrutura do clube.

Proponho que o apoio a este evento, previsto e dotado em orçamento, seja efetuado diretamente ao CNL sobre a forma de transferência com as correspondentes co-responsabilidades implícitas, nomeadamente de todos os encargos organizacionais, legais, financeiros, logísticos e afins a ser assumidos por esta coletividade.

Da análise ao orçamento apresentado, correspondendo o mesmo às expetativas preconizadas e na ambição de evolução do evento, proponho a transferência para o CNL de 8.000,00 € (oito mil euros) como apoio financeiro para a realização do Lagoa Ocean Race.

Acresce, contudo, as necessidades logísticas e apoio que um evento desta natureza requer e que a autarquia, no momento, não dispõe de capacidade de resposta. Nesse sentido, e para colmatar essas necessidades, proponho que seja atribuído o valor de 1.000,00 € (mil euros) ao CNL para a sua execução.

Assim, proponho a atribuição de um apoio financeiro total de 9.000,00 € (nove mil euros) ao CNL para a organização e dinamização do Lagoa Ocean Race 2019.

À reunião de Câmara.”

O Senhor Vereador Roberto Oliveira questionou se o cálculo para a atribuição deste apoio financeiro já foi feito com base no novo Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Instituições Desportivas e Atletas Individuais, tendo o Senhor Vereador Nelson Santos respondido que não.

A Senhora Presidente expôs que esta prova de Canoagem de Mar - Lagoa Ocean Race, já foi realizada o ano passado, no Concelho de Lagoa. O Vice-Presidente da Federação de Canoagem teceu vários elogios à organização e realização da prova e este foi um dos motivos pelo qual a prova será novamente realizada no Concelho de Lagoa. Mais informou que com o reforço positivo do projeto Náutica 0, que envolve vários alunos, onde grande parte está integrada em aulas de canoagem, também foi um bom motivo para a repetição desta prova no Concelho de Lagoa.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado questionou se o ano passado a realização desta prova já contou com o apoio da Câmara Municipal e se com o mesmo valor do apoio proposto para este ano.

A Senhora Presidente informou que a Câmara Municipal o ano passado apoiou diretamente, mas ao atribuir este ano o apoio torna-o mais transparente e assim, o Clube assume diretamente as suas despesas com a realização do evento, em vez de ser a Câmara Municipal a assumir determinadas despesas.

O Senhor Vereador Nelson Santos explicou o pedido apresentado e como correu a prova o ano passado. Destacou, que dos vários considerandos, considera relevante dotar os Clubes de responsabilidade para a concretização dos seus objetivos.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que há informação que não foi disponibilizada, nomeadamente, quanto custou à Câmara Municipal o apoio desta prova o ano passado. No limite podia-se pensar que o ano passado não teve apoio e este ano terá um apoio financeiro total de 9.000,00 € (nove mil euros), mas foram dadas as explicações que houve apoio direto por parte da Câmara Municipal. Em sua opinião, é um bom critério dotar as Instituições de responsabilidade para a realização dos eventos e a gerir os apoios que recebem. Defendeu que o princípio é excelente e é um bom modelo, mas só poderá ser utilizado quando houver confiança e perceber-se que por parte das Instituições poderão gerir esses apoios.

O Senhor Vereador Nelson Santos referiu que este será o modelo que passará a ser utilizado quando o novo Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Instituições Desportivas e Atletas Individuais estiver em vigor.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado referiu que vota a favor da atribuição deste apoio e expressou votos de sucesso para a prova de Canoagem de Mar Lagoa Ocean Race 2019.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por maioria dos presentes, com cinco votos a favor, sendo quatro votos dos membros do PS e um voto do Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado e uma abstenção do Senhor Vereador Roberto Oliveira, não tendo participado na votação o Senhor Vice-Presidente Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota:

1.º Aprovar a atribuição de um apoio financeiro total de 9.000,00 € (nove mil euros) ao Clube Náutico de Lagoa, para a organização e dinamização do Lagoa Ocean Race 2019;

2.º Dar conhecimento desta deliberação à Subunidade Orgânica de Contabilidade e ao Clube Náutico de Lagoa.

O Senhor Vice-Presidente Ricardo Nuno Ferreira Martins Mota regressou à sala a fim de poder continuar a participar na presente reunião.

#### **PONTO N.º 6 – PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE DUODÉCIMOS – SANTIAGO FUTEBOL CLUBE, RATIFICAÇÃO:**

Pela Direção do Santiago Futebol Clube foi presente o pedido de antecipação das mensalidades referentes aos meses de novembro e dezembro, do contrato – programa de 2019, celebrado entre esta Câmara Municipal e aquele Clube Desportivo.

Pela Senhora Presidente da Câmara foi exarado, em 5 de fevereiro de 2019, o seguinte despacho: “Autorizado. À reunião de Câmara para ratificação.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho exarado pela Senhora Presidente da Câmara, em 5 de fevereiro de 2019, de acordo com o n.º 3 do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 7 – CEDÊNCIA A TÍTULO GRATUITO DE UMA PARCELA DE TERRENO DO DOMÍNIO PRIVADO (PARTICULAR) PARA AFETAR AO DOMÍNIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO:**

Foi presente o processo, acompanhado da informação dos respetivos Serviços, que abaixo se transcreve:

“Sobre o assunto supra mencionado e o processo em anexo (cfr. ofício da requerente), cumpre-me informar V. Exa. que este assunto deverá ser presente à Reunião Camarária a fim de, sendo aprovado, ser, posteriormente, submetida à apreciação da Assembleia Municipal, para se proceder à elaboração de uma escritura de cedência a título gratuito, de uma parcela de terreno com a área de 20m<sup>2</sup>, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 11, Seção R, da freguesia do Cabouco, sito à Fonte Velha (Avenida da Juventude) e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o n.º 149/19870407/Cabouco, pertencente a Maria de Fátima

Goulart Cunha da Silveira, para integração do domínio público municipal, concretamente aquando da execução da obra do caminho de ligação da freguesia do Cabouco aos 5 Caminhos, nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea q) da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Aprovar a cedência a título gratuito de uma parcela de terreno do domínio privado (particular) para afetar ao domínio público do Município;

2.º Submeter à Assembleia Municipal, de acordo com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a afetação da parcela de terreno do domínio privado (particular) para o domínio público do Município, nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

#### **PONTO N.º 8 – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A INSTITUIÇÕES DESPORTIVAS E ATLETAS INDIVIDUAIS:**

Na sequência do deliberado por esta Câmara Municipal, em sua reunião de 9 de outubro de 2018, foi presente a informação dando conhecimento que terminou o período de apreciação pública para recolha de observações e sugestões, sobre o Projeto de Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios a Instituições Desportivas e Atletas Individuais, que foi publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 213, de 6 de novembro de 2018, sem que dele tivesse resultado quaisquer reclamações, observações ou sugestões.

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, submeter o referido projeto, nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da referida Lei.

#### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TESOURARIA:**

#### **PONTO N.º 9 – RESUMO DIÁRIO DE TESOURARIA:**

Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria do dia 11 de fevereiro do ano em curso que apresenta um saldo de Dotações Orçamentais de 633.982,82 € (seiscentos e trinta e três mil novecentos e oitenta e dois euros e oitenta e dois cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

#### **UNIDADE ORGÂNICA GESTÃO URBANA E DE INFRAESTRUTURAS:**

#### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE TAXAS, LICENÇAS, ÁGUA E SANEAMENTO:**

**PONTO N.º 10 – PROPOSTA – INTRODUÇÃO DO CAMPO OBSERVAÇÃO NO CAPÍTULO IV E ALTERAÇÃO AO TEXTO DA 10.ª OBSERVAÇÃO DO CAPÍTULO VI DO REGULAMENTO MUNICIPAL DE TAXAS E LICENÇAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA-AÇORES:**

Foi presente a proposta com a introdução do campo Observação no Capítulo IV e alteração ao Texto da 10.ª Observação do Capítulo VI do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, que abaixo se transcreve:

“Na sequência da aprovação, em sessão da Assembleia Municipal de 4 de dezembro de 2018, conforme editais datados de 05/12/2018, da redução em 50% do pagamento de taxas para a ocupação do espaço público no âmbito do Licenciamento Zero para as empresas que as respetivas sedes (domicílio fiscal) se situem no Município de Lagoa, verificou-se que a sua redação, objetivamente, limita a amplitude que se pretendia atribuir, nomeadamente pela exclusividade da redução às ocupações diversas do domínio público municipal para a instalação/ocupação de esplanadas, com mesas e cadeiras e ao capítulo VI – Publicidade e Licenças, não sendo o mesmo passível de aplicação - quando se pretendia que fosse - à ocupação do espaço aéreo da via pública, capítulo IV, artigo 4.º, n.º 1 e n.º 2, tanto por mais que são, maioritariamente, coincidentes os requerentes das solicitações referidas. Nesse sentido importa, também, ter em consideração o esforço que representa, para os requerentes, os encargos destes licenciamentos, permitindo a sua incorporação nos planos de negócios sem, contudo, colocar em causa o seu equilíbrio, transversalidade e coerência.

Considerando o princípio da proporcionalidade e em harmonia com o referido, propõe-se a introdução do campo observação, no capítulo IV do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, e fomentando a equidade, promover a derrogação, em 2019, do prazo referido na 10.ª observação do capítulo VI do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças do Município de Lagoa-Açores, com as seguintes redações:

...

**CAPÍTULO IV**

**SECÇÃO I – OCUPAÇÃO DO ESPAÇO DE DOMÍNIO PÚBLICO - LICENÇAS**

**Artigo 4.º**

Ocupação do espaço aéreo da via pública

...

**OBSERVAÇÕES**

Temporariamente e transitoriamente, até 31 do mês de dezembro de 2019, e com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2019 e promovendo os serviços às devidas diligências equitativas por todos os requerentes, o licenciamento da ocupação do espaço de domínio público municipal, desde que as respetivas sedes (domicílio fiscal) se situem no Município de Lagoa,

das ocupações referidas no n.º 1 e n.º 2 do presente artigo beneficiam das seguintes isenções e reduções:

Componente indexada à área de ocupação – isenção

Componente indexada ao tempo de ocupação – redução de 50%

....

## CAPÍTULO VI PUBLICIDADE – LICENÇAS

...

10.ª Quando o respetivo pagamento não for efetuado durante o mês de janeiro, o mesmo será acrescido de um agravamento de 50%, sendo este prazo excecionalmente derogado em 2019 até ao mês de março, promovendo os serviços as devidas diligências equitativas por todos os requerentes.

...”

A Câmara tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade:

1.º Concordar com a proposta apresentada;

2.º Submeter a referida proposta, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, à aprovação da Assembleia Municipal, conforme previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da citada Lei.

### **SUBUNIDADE ORGÂNICA DE OBRAS PARTICULARES E LOTEAMENTOS:**

#### **PONTO N.º 11 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE, FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:**

Foi presente à Câmara o requerimento apresentado por Marco Paulo da Silva Teixeira, casado com Patrícia Fátima Ferreira Cabral Teixeira, residentes na rua Dr. Filomena da Câmara, freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa - Açores; Filipe José da Silva Teixeira, casado com Paula Catarina Ferreira Cabral Teixeira, residentes na Canada de Santo António n.º 8, freguesia de São Roque, Concelho de Ponta Delgada e Ana Catarina Silva Teixeira Medeiros, casada com Bruno André Ferreira de Medeiros, residentes na Estrada Regional n.º 40 Bloco 3 Cave Direito, freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa - Açores, na qualidade de futuros proprietários, solicitando nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, parecer sobre a constituição de compropriedade, com vista à celebração duma escritura de compra conjunta do prédio rústico, sito ao Caminho da Guia, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, deste Concelho, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa sob o número 1885/19941017, inscrito na matriz predial rústica sob o artigo 191 Secção P.

Após análise do pedido e informação técnica que abaixo se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe cumre-me informar do seguinte:

O requerente requer parecer favorável nos termos do artigo 54.º da Lei 91/95, de 2 de setembro na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2003, de 23 de agosto, em regime de compropriedade, com vista à celebração duma escritura de compra conjunta do prédio rústico, sito ao Caminho da Guia, freguesia do Rosário, concelho de Lagoa, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa, sob o n.º 1885, e na matriz predial rústica sob o artigo matricial n.º 191, secção P.

À que referir, do pedido de partilha do aludido prédio, não resultar parcelamento físico, nem jurídico do mesmo, ou que a presente constituição de compropriedade possa contrariar um qualquer instrumento de gestão territorial, ao abrigo do n.º 2 do artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, na sua atual redação.

O Gabinete Técnico desta autarquia nada tem a opor à constituição da compropriedade.”

A Câmara deliberou, por unanimidade, não haver inconveniente no pedido acima indicado.

#### **PONTO N.º 12 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE, FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO:**

Foi presente o requerimento apresentado por João Veríssimo Figueiredo Pinho, com residência na rua Nossa Senhora das Necessidades n.º 29, freguesia de Livramento, Concelho de Ponta Delgada, proprietário de um prédio misto, sito nas Socas, freguesia de Nossa Senhora do Rosário, Concelho de Lagoa - Açores, com a área de 13.520,00 m² com as seguintes confrontações: Norte – Caminho; Sul – Charles Chaves e Jorge Manuel Vale; Nascente – Caminho e Poente – Horácio da Silva Martins do Vale, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa-Açores sob o n.º 3823/20170113 e inscrito na respetiva matriz predial sob o n.º 4546 (urbano) e n.º 3, seção L (rústico), solicitando certidão de destaque do referido prédio, de um lote de terreno com a área de 2.900,00 m² que ficará a confrontar a Norte – Caminho; Sul – Charles Chaves e Jorge Manuel Vale; Nascente – Caminho e Poente – João Veríssimo Figueiredo Pinho.

A Câmara após análise da informação dos Serviços Técnicos n.º 27/2019\_Ros, de 1 de fevereiro do corrente ano, cujo teor se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe, cumre-me informar que o prédio em questão se localiza fora do perímetro urbano de Lagoa, e que se caracteriza como Solo Rural, Espaços Agrícolas de Produção no PDM.

O requerente pretende proceder à operação de destaque do prédio em questão, da análise do processo podemos verificar que o mesmo cumpre com o estipulado no n.º 5 do RJUE

(destaques fora do perímetro urbano) acumulativamente com as alíneas a) e b), já que existe na parcela a destacar moradia erigida conforme registo predial apresentado, a parcela restante cumpre com a área mínima de cultura para a região (ali.) a do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto Legislativo Regional n.º 35/2008/A), face ao exposto nada temos a opor à pretensão.”

Deliberou, por unanimidade, deferir o pedido.

### **PONTO N.º 13 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE, FREGUESIA DE SANTA CRUZ:**

Foi presente o requerimento apresentado por Mário Jorge Tavares Martins, com residência na rua Padre Agostinho Inácio Machado n.º 36, freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa - Açores, proprietário de um prédio urbano, sito na rua Dr. Filomeno da Câmara n.ºs 11 e 13, freguesia de Santa Cruz, Concelho de Lagoa - Açores, com a área de 327,00 m², descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa-Açores sob o n.º 1338/19980528 e inscrito na respetiva matriz predial sob o n.º 200, solicitando certidão de destaque do referido prédio, de um lote de terreno com a área de 145,00 m², sito na morada acima identificada com o número 11 de polícia.

A Câmara após análise da informação dos Serviços Técnicos n.º 20/2019-HM, de 4 de fevereiro do corrente ano, cujo teor se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar do seguinte:

O prédio em questão encontra-se abrangido pelo perímetro urbano da cidade de Lagoa e a pretensão cumpre o disposto no n.º 4 e no n.º 6 do artigo 6.º do RJUE na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro pelo que não vemos inconveniente na emissão da certidão requerida.”

Deliberou, por unanimidade, deferir o pedido.

### **PONTO N.º 14 – PEDIDO DE CERTIDÃO DE DESTAQUE, FREGUESIA DO CABOUÇO:**

Foi presente o requerimento apresentado por Carlos Alberto Pires Gonçalves, com residência na rua das Arrudas n.º 1-D, freguesia do Cabouço, Concelho de Lagoa - Açores, proprietário de um prédio urbano, sito na rua das Arrudas n.º 1-D, Freguesia do Cabouço, Concelho de Lagoa - Açores, com a área de 2.420,00 m² com as seguintes confrontações: Norte – Manuel António O. Martins; Sul – Canada/Servidão; Nascente – Rua das Arrudas e Poente – Herdeiros de Eduardo Almeida, descrito na Conservatória do Registo Predial de Lagoa-Açores sob o n.º 294/19900918 e inscrito na respetiva matriz predial sob o n.º 3140, solicitando certidão de destaque do referido prédio, de um lote de terreno com a área de 572,00 m² que ficará a confrontar a Norte – Carlos Alberto Pires Gonçalves; Sul – Canada/Servidão; Nascente – Rua das Arrudas e Poente – Herdeiros de Eduardo Almeida.

A Câmara após análise da informação dos Serviços Técnicos n.º 24/2019-HM, de 6 de fevereiro do corrente ano, cujo teor se transcreve:

“Relativamente ao assunto em epígrafe, cumpre-me informar do seguinte:

A pretensão consiste no destaque duma parcela com a área de 572 m2 dum prédio com a área total de 2.420 m2, de modo a que a área restante fique com 1.848 m2. Uma vez que esta pretensão está em conformidade com o disposto do n.º 4 e no n.º 6 do artigo 6.º do RJUE na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 09 de setembro, não vemos inconveniente na emissão da certidão requerida.”


Deliberou, por unanimidade, deferir o pedido.

#### **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA:**

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata em minuta, a fim das respetivas deliberações produzirem efeitos imediatos.

#### **ENCERRAMENTO:**

E não havendo mais nada a tratar, sendo 16:20 horas, foi pela Senhora Presidente da Câmara Municipal encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que depois de lida foi aprovada e assinada nos termos da Lei.

E eu  \_\_\_\_\_, Técnica Superior, do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi e assino.

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

  
CRISTINA DE FÁTIMA SILVA CALISTO